

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

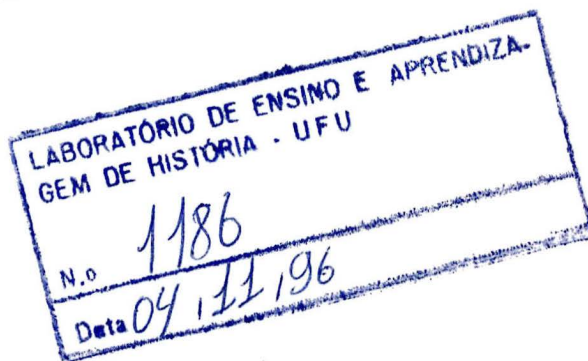
O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

1636 S. 9(c)

RELAÇÃO DE MONOGRAFIAS DE 1988, (CURSO DE HISTÓRIA)

- A Ideologia disciplinar do Espaço Urbano: Os Hansenianos de Uberlândia.
Luiz Angelo de F. Fonseca.
- As comunidades Eclesiais de base no processo de Urbanização de Uberlândia.
Paulo Roberto de O. Santos.
- Associação de Moradores do conjunto habitacional Santa Luzia em Uberlândia
Rosa Maria de Oliveira
- Reivindicações populares das Associações dos bairros Jardim das Palmeiras e Tocantins.
Adilson Caetano da Silva.
- "Democracia Participativa", sua lógica e sua prática.
Cires Canísio Pereira.
- A questão ambiental no Contexto urbano de Uberlândia: 1980 a 1988.
Ednalúcia M. dos Santos.
- Urbanização e Sindicalismo em Uberlândia - 1979 a 1980.
Eliêne Girôldo.
- Urbanismo e meio ambiente. Conflito ou harmonia?
Miriam Alves das Santos.
- A Juventude dos movimentos Espiritualistas da Igreja Católica de Uberlândia - 1965 a 1984.
Wolney Honório Filho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - CDDH
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 G (Antigo Inmemorial)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

A associação de moradores do Conjunto Habitacional
Santa Luzia na cidade Uberlândia

Aluna- Rosa Maria de Oliveira

9º Período de História Lic. Plena

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional
Santa Luzia na cidade de Uberlândia

(Trabalho realizado com o objetivo de se discutir sobre as alternativas de organização dos moradores, para buscarem suas soluções para seus problemas básicos e imediatos: creches, moradia, escolas, saúde, saneamento básico; abrangendo também a participação dos moradores nas associações de seus bairros)

ÍNDICE

1. Introdução	p.1
2. Desenvolvimento.	p.6
3. Conclusão.	p.17
4. Notas.	p.21
5. Bibliografia.	p.22

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi realizado nos 1º e 2º semestres do ano de 1988, pela aluna Rosa Maria de Oliveira, com a coordenação do professor Antonio de Almeida, na Universidade Federal de Uberlândia.

A nossa tentativa é a de perceber como se dá a prática de organização popular na sociedade capitalista, que, bem o sabemos, trata-se de uma sociedade excludente e elitista.

Trataremos em especial da forma organizativa das associações de bairros, tomando como estudo a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia, na periferia da cidade de Uberlândia. Isto se explica pelo fato de percebermos o processo de urbanização como a fragmentação da sociedade urbana, sendo que a periferia é o "locus" daqueles que são marginalizados, tanto econômico, quanto socialmente.

Acreditamos que estas pessoas que se encontram marginalizadas nesta sociedade, se encontram numa tentativa de superação do processo de exclusão, e, que mesmo tendo em seu cotidiano a relação com o poder público, através da extensão da Prefeitura em suas entidades, estão se mobilizando para ter suas necessidades básicas e imediatas satisfeitas.

Portanto, a nossa preocupação aqui, é a veiculação das associações com o urbano e o capital, pois ao termos a luta de reivindicações por melhores condições de vida da população da periferia, certamente temos algo que vai contra o capital.

INTRODUÇÃO

"Os mecanismos de poder, os modos de produção e os sistemas de expropriação, que nos são comumente apresentados como produtos do Destino, enfrentam o confronto dos fatos na história deste continente, e são claramente desmitificados. Como resultados da criação humana, eles podem ser modificados. Mas a mudança exige ciência e consciência." (Galeano de Fréitas).

Atualmente, vivenciamos a dinâmica social do mundo urbano capitalista: as várias formas de exploração e dominação impostas à maioria da população, que procura através de organizações populares a melhoria da qualidade de vida: áreas bem servidas por transportes, água, esgoto, iluminação pública, etc.

Ao inserirmos estes movimentos num contexto mais amplo-Capitalista, entendemos o crescimento das diversas manifestações populares na sociedade brasileira, especificamente na cidade de Uberlândia, como reflexos do descontentamento geral dos indivíduos que, na sua maioria, sofrem dos mecanismos de uma sociedade excludente e elitista nos diversos setores- político, social, econômico, cultural e artístico.

Esta sociedade caracterizada por profundas disparidades, inclusive sócio-econômicas, com a acumulação de riquezas de um lado e generalização da miséria de outro, faz com que a população apreenda a sua condição de vida e trabalho, principalmente os moradores de periferia, que afastados dos centros urbanos, têm suas especificidades- sua origem social, seus níveis de renda e condições de vida, sua situação no trabalho, seu preparo educacional, sua qualificação profissional, suas preferências políticas, sua participação em movimentos reivindicatórios de bairros, enfim, também o seu espírito associativo.

O nosso estudo será centrado na história social do quotidiano dos moradores da periferia, em particular, dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia, que se pretende estudar. Delimitaremos o nosso estudo de 1982 a 1988, por se tratar do período de constituição, até o momento atual.

Não deixaremos de estabelecer uma relação entre o passado e o presente, porque acreditamos que a História tem uma dinâmica, e o homem é o responsável por este processo histórico, posto que o temos enquanto agente social, ser histórico.

Gostaríamos de salientar que a construção do Conjunto Habitacional Santa Luzia foi em pleno governo Virgílio Galassi e a constituição da associação de moradores do conjunto no de Zaire Rezende, numa proposta de "Democracia Participativa" por este.

Sob este aspecto, é importante que citemos Tilman Evers e outros, que no texto "Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina", apresentam duas formas de surgimento das organizações de bairros - a primeira, surge com a finalidade de se realizar as reivindicações dos moradores, que partem de problemas concretos, e que são reconhecidos como existenciais para todos os moradores e de certa forma insuportáveis: falta de água, transporte, poluição, etc). Nasce assim, da necessidade dos moradores. A segunda, deve sua formação de "cima" - um programa de "assistência social" pelo Estado. Segundo os autores, ambas não deixam de ter um confronto com as estruturas sociais dominantes, tendo-se que os movimentos de bairros são formas de resistência social.

Isto posto, trataremos da presença das classes populares na cidade de Uberlândia, essencialmente no Conjunto Habitacional Santa Luzia, posto que foi um projeto de construção de iniciativa da Prefeitura local, sendo portanto justificado nos meios políticos como "benefícios do progresso", escamoteando a noção de serem meios de exclusão das populações de baixa renda, ou de uma opção por moradia destas.

Além disso, preocupamo-nos com o papel desempenhado pelo Estado, frente aos moradores e vice-versa. A ótica de Tilman Evers e outros, é que, além de se apresentar enquanto destinatário das reivindicações, ele também irá assumir o papel de adversário. Neste sentido, ao fazerem suas reivindicações, exigindo serviços de infra-estrutura do Estado, dão a este uma qualidade de "autoridade responsável pelo bem-comum", isto fruto de ideologias oficiais: nação, segurança, desenvolvimento, apoiadas por programas isolados de ajuda, em que se permite a "participação dos pobres", sob a direção e controle paternalista do Estado e instituições privadas "assistencialistas". Ao nível ideológico, ao levar o "bem-co

3
mum, para estas camadas da sociedade, o Estado acaba por legitimar-se.

Os autores colocam uma questão que vale a pena ser discutida: além de viverem em condições sub humanas, de terem os seus impostos pagos segundo os interesses dos ricos, sua contribuição em dinheiro ou trabalho para a associação, tida para obras de urbanização, supostamente já adquiriram com isto, o direito às suas necessidades básicas de vida.

No entanto, legitimam o Estado, que na qualidade de autoridade, são os únicos responsáveis em levar à satisfação das demandas dos moradores da periferia.

Temos aí a preocupação de recuperar as práticas populares, percebendo o objeto na ansiedade de se ter as necessidades básicas satisfeitas. No entanto, teremos que perceber que se inserem numa sociedade capitalista, que são setores excludentes desta sociedade, que os problemas que motivam as suas atividades são essencialmente sociais e econômicos, sem descartar os demais, que os adversários que enfrentam, os discursos que os divergem, estão em relação ao Estado.

Convém notar também, que, com o aumento dos aluguéis no perímetro urbano, a lei do inquilinato que vem favorecer apenas ao locador do imóvel, este processo de exclusão da população mais carente da sociedade uberlandense, nos leva a pensar sobre a própria questão da terra. Num país em que se tem uma "reforma agrária", e não se explica o assalariamento dos pequenos produtores, percebemos a emergência da população de se organizar, participar efetivamente dos rumos de sua sociedade.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a associação de moradores em questão, bem como suas articulações políticas.

Merecerá especial atenção a questão da especulação imobiliária, enquanto fator de exclusão dos moradores para a periferia, como as prioridades do poder público, ao ter seu campo de ação mais amplo na cobrança de impostos - icm, iptu, taxas de asfalto, de água e luz. Ora, é mais viável ao Estado receber impostos destas populações excluídas do perímetro urbano, do que tê-las habitando áreas clandestinamente e sonegarem aqueles impostos.

Tentaremos verificar a dinâmica da associação, tentando analisar as práticas dessa entidade frente ao poder público municipal.

Também é de fundamental importância captar a dinâmica da associação e sua inserção na sociedade capitalista, mediante sua prática reivindicativa própria, no que tange aos seus interesses internos. Não queremos pois, sob nenhuma hipótese, perpassar a ideia de

um simples jogo de interesses comunitários contestadores, mas uma forma de manifestação da sociedade frente ao Estado. Tentaremos abordar os mecanismos de negociação do movimento com as instâncias governamentais, mecanismos de formação de opinião internos, nos conflitos a ele inerentes, nas suas próprias táticas de ação.

O que não vem significar que temos esta articulação de moradores enquanto ação de toda a "comunidade" (construção a nosso ver ideológica, forjando uma dita democracia interna no movimento) Isto, posto que se delegam poderes a apenas alguns membros da população, em detrimento dos interesses de muitos.

Ao termos uma visão da sociedade uberlandense, dos órgãos públicos do período em estudo, teremos maiores condições de abranger as diferenças, as derrotas, as táticas diversas nas formas de mobilização popular, as relações de dependência ou independência dos movimentos com as conjunturas políticas locais.

Tentaremos apreender estes movimentos dos moradores, sem silenciar a respeito da opressão e resistência destes. Questionaremos se estes moradores periféricos se inserem no poder disciplinar do capital, ao abordar sobre o comportamento dos moradores, até no momento em que silenciam.

"Parece ainda mais difícil aceitar que os homens destinados a pensar pensam e, mais do que isso, ajam de acordo com os seus pensamentos". (BRESCIANI, M. Stella M, A estratégia da recusa. p.14).

Objetiva-se também discutir sobre as alternativas de organização dos moradores, para buscarem suas soluções a problemas básicos: creches, moradia, escolas, saúde, saneamento básico; abrangendo também a participação dos moradores nas associações de seus bairros.

A associação de moradores tem o caráter de representatividade frente aos moradores, à medida que discute junto a estes, o seu caráter reivindicativo e de satisfação das demandas. Não queremos perder de vista uma discussão de caráter institucional desta prática organizativa, posto que toda associação de bairro tem que, obrigatoriamente, passar pelo processo de legalização, a partir de sua constituição, o que já delega um bom tempo para se oficializar

Diante de tudo isto, colocamos as seguintes questões que serão desenvolvidas no trabalho: a associação em estudo, possui autonomia frente ao Estado, ou esta simplesmente perpassa uma política clientelista, que se tenta negar? O movimento tende apenas a se dirigir a agências prestadoras de serviços públicos ou promove também, mudanças de valores culturais e de organização da sociedade? São eles portadores realmente de uma dinâmica própria, que visa o enfrentamento com o Estado, ou são portadores de experiências de

discriminação, de exclusão?

A nossa pretensão, é de refletir, valorizar o cotidiano das classes populares, recuperando o dinamismo das associações de moradores. Como investigadores, tentaremos interagir sujeito e objeto numa perspectiva de participação para uma nova sociedade. Não objetivamos apenas justificar o real, mas buscar meios para que as populações silenciadas em vários momentos da sociedade brasileira, mantenham conosco um diálogo, troquem suas experiências, buscando tanto nós investigadores, quanto os investigados, alternativas para uma sociedade mais dinâmica, viva.

É preciso que se resgate, apreenda o teórico, o artístico, o religioso, o social e o econômico numa interação, sem que um aspecto se sobreponha sobre os outros. Não queremos inclusive, ser agentes estranhos ao movimento popular, mas enquanto investigadores, trabalhar junto aos moradores, percebendo aí as nossas próprias condições de vida em meio urbano.

Ainda, concordamos com Georges Haupt⁽¹⁾, que afirma a necessidade do historiador em não ser indiferente ao passado do movimento, nem ter-se como objeto as instâncias dirigentes do partido. No texto, ele propõe que se tente articular a produção histórica com a memória coletiva, e não enquanto historiadores, motivados pela paixão da pesquisa, por compromissos ou até mesmo por uma opção ideológica, cairmos no academicismo, tendo como único ponto de referência o poder.

A nossa preocupação portanto, é a de não utilizar a história dos movimentos populares, em especial do movimento em estudo, enquanto instrumento de legitimação, vindo justificar as necessidades das camadas privilegiadas da sociedade capitalista.

No entanto, enfrentamos dificuldades diversas para o desenvolvimento deste trabalho, inclusive por sermos trabalhadores assalariados, e não termos oportunidade de trabalhar com o não-dito do movimento, das ideologias engendradas nos moradores que participam da associação; do horário em que as reuniões se sucediam, sendo nos dias de semana e no horário comercial. Fica aqui, um espaço para críticas a este trabalho, posto que foi desenvolvido mais em torno de documentos, do que na prática da organização dos moradores. Enfim, aquilo que nós estudantes universitários tanto criticamos...

1 - Haupt, Georges. Por que a história do movimento operário?

DESENVOLVIMENTO

Não há dúvida de que a concentração demográfica, impõe novas formas de conflito de classes na cidade portanto, que serão gerados os problemas de vida urbanos, que se sobrepõem aos conflitos de classe.

O que nos interessou, no entanto, foi o segmento social identificado como- trabalhadores, que vivem na periferia da cidade, onde se localizam enquanto trabalhadores assalariados, camelôs, donas de casa, etc. Tornou-nos evidente que as camadas sociais na periferia, tendo como base os moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia, têm suas particularidades no que tange à renda e salários, como também nos problemas enfrentados em torno da qualidade de vida.

É neste contexto que entendemos a emergência de formas associativas dos grupos populares- os movimentos de bairros fazem parte da própria dinâmica social do mundo urbano capitalista, e têm geralmente, um motivo característico para suas existências e atuação: o processo de pauperização em que se encontram os moradores da periferia, que, excluídos de melhores condições de vida como moradia, alimentação, saúde e lazer, percebem a necessidade de que suas necessidades básicas e imediatas sejam satisfeitas, diante das condições de vida do meio urbano, o que gera condições de participação no processo de reivindicações de interesses de classes.

No entanto, é bom que se deixe claro que o estudo se refere a um bairro periférico de "Uberlândia, uma cidade que tem suas origens no século XIX, apresenta-se no século XX como uma

cidade de médio porte, com uma nítida delimitação do espaço urbano e nele o lugar racionalizado e definido de classes sociais. A estrutura moderna e avançada arquitetura, estimulada pela especulação imobiliária, destrói com fúria sua memória, impregnando a população de orgulho pela cidade. Dessa forma, obras monumentais são projetadas no seu espaço urbano, tais como praças, shoppings, parques, estádio de futebol, clubes de lazer, além de requintados estabelecimentos públicos."(1)

E ainda, "Uberlândia, uma sociedade capitalista que ideologicamente mistifica a exploração do trabalho, as desigualdades sociais e os conflitos de classe, constrói uma imagem de sociedade que reflete o progresso através da ordem e do trabalho. Progresso esse que o capital, como força laboriosa, "conquista" para "toda" a sociedade que aqui vive, progresso esse forjado sob a imagem de uma sociedade ordeira, laboriosa e passiva moralizada de ponta a ponta pelo ideário burguês."(2)

Estas questões são essenciais para que se perceba o processo de articulação do Estado e da sociedade no período de 1982 a 1988, caracterizado pela "redemocratização" do país, em especial do governo de Zaire Rezende de 1983 a 1988, com a sua proposta de "Democracia Participativa".

Na tentativa de perceber o discurso burguês na cidade de Uberlândia, nos deparamos com alguns discursos de Virgílio Galassi (futuro prefeito de Uberlândia em 1989), idealizado sob a promessa de progresso social:

"A construção dos conjuntos Luizote de Freitas, Segismundo Pereira e outros, num total de 10 mil casas, tirando das favelas e dos cortiços as famílias carentes, atendeu ao lado social"

"O asfaltamento de ruas, num total que poderia asfaltar Uberlândia a São Paulo, tirando a lama e a poeira das casas dos bairros da periferia foram obras sociais".

"E uma prova de que iremos continuar trabalhando pelos menos favorecidos é a proposta de construção de mais de 10 mil casas populares para atender quem ainda não tem Casa própria".(3)

Ao falar a um setor determinado do social, Virgílio Galassi ainda associa o seu discurso aos receptores de sua mensagem, deixando claramente a idéia de uma associação que deva, em primeiro lugar, se desenvolver sobre os imperativos do progresso e que busque a organização dos moradores por vias pacíficas. Ora para tanto, o poder público tem os seus meios repressores para manter a ordem e a segurança:

"As minhas administrações sempre procuraram dar possibilidade de crescimento ao cidadão, oferecendo-lhe oportunidades de vencer por si próprio. Também a implantação do 17º Batalhão de Polícia Militar, dando mais segurança às famílias, são objetivos sociais".

"Eu tenho o maior carinho e apreço por esse bairro, construído num dos lugares mais bonitos de Uberlândia. Considero, até, que o Santa Luzia já atingiu maturidade suficiente para me ajudar no trabalho de procurar melhorar ainda mais as condições de vida de seus moradores. Mesmo assim me atrevo a sugerir ações que se transformem em bem-estar e segurança aos moradores- assumo aqui o compromisso de levar o policciamento ostensivo ao bairro (assim como em toda a cidade), conservar e aumentar ainda mais os serviços de limpeza das ruas, aumentar as creches como já citei e apoiar, incondicionalmente a associação de moradores. Considero esses serviços essenciais e que precisam ser aumentados". (3)

O discurso do poder perpassa aí uma "prática democrática" em que o indivíduo dirige ou pretende dirigir as lutas em prol das necessidades básicas do conjunto habitacional periférico, incitando assim, todos os moradores a prestarem uma ajuda a seu governo e vice-versa. O discurso escamoteia uma prática e iniciação política dos moradores, fazendo com que estes sejam capazes de apreenderem os mecanismos de suas próprias forças internas. Ou melhor, o discurso das comunidades de base da periferia, acabam por serem apropriados pelos representantes do poder, no sentido de impor limites à sua prática reivindicatória.

O discurso ideológico exposto acima como o atual da "Demo

cracia Participativa Zaire Rezende", perpassam uma administração pública voltada para as necessidades da comunidade, característica esta de uma política clientelista, em que os movimentos de bairros parecem estar cada vez mais "cooptados" ao poder público.

A Associação de Moradores do Santa Luzia

A associação deve sua existência principalmente, aos antigos núcleos de bairros, formados por intermédio de Zaire Rezende.

Nota-se que o presidente, ao menos na gestão 86/88, é o elemento mais atuante, tendo este participado em 1988, dos comissões dos diversos partidos políticos que estiveram no bairro, na intenção de cobrar ações, propostas do poder público para com o conjunto habitacional Santa Luzia.

A associação no entanto, ao se apresentar unitária ao conjunto dos moradores, acaba por transformar-se em legitimadora do poder público. Isso equivale a dizer que elas têm como ponto de partida, o processo de legalização o Estatuto da Associação.

Ora, uma vez que o poder público é capaz de uma reordenação geral da sociedade, ele têm também, sua proposta estruturada na criação da AMCHSL (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia), que é voltada para o conjunto dos moradores desta periferia.

Sob este aspecto, o estatuto da associação deixa claro que: "a associação é sem fins lucrativos, nº ilimitado de sócios, com a finalidade beneficente, assistencial, filantrópica, educativa, cultural, recreativa e esportiva; será apartidária e não permitirá que se façam em suas reuniões ou fora delas, em seu nome, manifestações político-partidárias ou de classes; respeitará o princípio de liberdade religiosa, não terá preconceitos de raça, cor e/ou nacionalidade; primará pelo respeito às leis e às autoridades constituídas, apoiando-as na preservação da ordem e do bem estar social".

Ainda, "propugnar por todos os meios ao seu alcance, para que sejam proporcionados pelos Poderes Públicos e Particulares, ao Conjunto Habitacional Santa Luzia, todos os melhoramentos necessários ao bem estar de seus moradores, ao progresso material e moral e social; para tanto, a AMCHSL empenhar-se à na instalação de Escolas, creches, Cursos Profissionalizantes e Semi-profissionalizantes, Ambulatório-médico-odontológico, biblioteca pública, curso de alfabetização para adultos, cooperativa de consumo, parque infantil, quadras esportivas e outros equipamentos comunitários ao bem-estar da comunidade; a sua manutenção será com recursos advindos de doações, subvenções e campanhas que eventualmente realizar". (4)

Para se permitir analisar o envolvimento dos moradores deste conjunto periférico de Uberlândia, é essencial que se identifique a fonte, ou melhor, o critério da distinção do discurso que norteia o movimento de bairro- por se tratar de uma sociedade civil, os representantes desta associação, diante de seu discurso não-oficial, enfatizam suas reivindicações no que tange a fatores de natureza sócio-econômica, em primeiro lugar, e aqueles vinculados com as questões de segurança e justiça.

Sob o aspecto da segurança e justiça, verificamos no conjunto os "rondões policiais", que foram fruto das reivindicações da associação- este procedimento policial: a estigmatização do pobre como "marginal", não leva em questão a população economicamente marginalizada - os pobres são os "principais suspeitos". Eles não têm o acesso aos bens materiais, inclusive a uma adequada alimentação. Não temos no Brasil o alcance econômico, como a distribuição de renda, para melhorar o nível de vida da população.

Em relação às reivindicações dos moradores do conjunto, é bom que se identifique as táticas de ação da associação em estudo. Para que a creche comunitária seja mantida, os recursos são advindos mais da população, do que de recursos do poder público. Para tanto, são realizadas galinhadas, rifas, festas, e doações de terceiros. Aliás, em maio de 1.988, a associação recebeu a vi-

sita da Vereadora Nilza Alves Barbosa, a qual opinou pelo recolhimento de uma contribuição dos moradores do Conjunto Santa Luzia, em dinheiro ou alimentos, como forma de contribuição mensal à creche.

Através de seu Presidente Eurípedes Batista, a associação entrou em contato com órgãos ligados ao Presidente da República, em Belo Horizonte, para reivindicar uma Delegacia Policial no bairro. Foram reivindicadas também: plantio de árvores, construção de escola de 2º grau, formação do centro de menores, limpeza pública, drenagem do brejo, construção da área de lazer, da horta comunitária, pedido de autorização de verba para unidade ao menor com curso profissionalizante, uma ambulância, uma viatura, uma biblioteca completa, uma livraria com convênio Mec, uma farmácia comunitária, a existência de uma ronda policial enquanto não houver o posto policial, médicos para o Posto de Saúde, que o estão abandonando por questões salariais; poliesportivo; distribuição dos tickets de leite. Numa reunião com a presença do Prefeito Zaire Rezende foram reivindicados: prédio para unidade de recuperação ao menor; saúde; dentista; segurança; iluminação; lazer; esportes; re-arborização das ruas; manutenção de times; torneio educação e cultura; cursos profissionalizantes.

Diante disto, Eurípedes Batista deixou claro que se existe um Estatuto, é para que seja respeitado, posto que o mesmo poderá servir de instrumento para derrubar a diretoria, caso hajam abaixo-assinados. Afirmou que "é preferível que os jovens frequentem festas aqui no bairro, do que correrem riscos no centro da cidade." Este discurso foi resultado de críticas dirigidas à diretoria, de um mini strep-tease ocorrido numa quermesse realizada na Escola Prof. Inácio Castilho, localizada no conjunto habitacional. Os associados também reprimiram o presidente, com a apresentação de um ofício, como uma advertência pelo fato ocorrido, que, se repetido, o presidente seria destituído de sua função.

Nota-se aí que a associação, sob certos aspectos, acaba por explicar e refletir a própria sociedade capitalista, sendo in

capaz de criticá-la.

Com efeito, o movimento estando assim submetido ao Estado pela parte legal e ao poder público economicamente, não é levado à superação da sociedade capitalista. Os moradores se organizam coletivamente, para que o poder público atenda às suas necessidades primordiais, tendo em vista as suas reivindicações: assistência cultural, assistencial, educativa, esportiva e profissional. É interessante como o discurso burguês é introjetado pela população da periferia, ao se notar a constância em suas reivindicações diante da segurança - como a realização de uma operação pente-fino de surpresa, que foi reivindicado pelos associados e moradores presentes numa reunião. Também no discurso de um dos membros da associação, o conselheiro José Pereira, formado em "Direito" pela Universidade Federal de Uberlândia, que justificou a sua ausência nos bailes promovidos pelos associados: "não estou vindo porque não está havendo policiamento".

Em se tratando de realizações, a associação através de verbas adquiridas da TAC (Taxa de Apoio Comunitário), aplicou nas áreas de esporte, lazer e cultura tais como: Projeto Circo, shows de ruas, concursos de danças, teatro, cursos de datilografia, cabelereiros, corte e costura, artesanato, concursos de forró, etc. Tem conseguido a construção da praça, do "mais moderno" Centro Poliesportivo de Uberlândia, a construção da Escola Estadual Professor Inácio Castilho, de 1º e 2º graus.

Nota-se que, apesar da associação de moradores em estudo, criticar a construção de obras faraônicas, reivindicou a construção de uma escola de 2º grau, que por sinal, foi construída nos sob os parâmetros de uma arquitetura moderna, que nitidamente isola os indivíduos que se encontram no exterior da escola, com aqueles que se encontram no interior da mesma.

Sob outro aspecto, o centro de formação profissional que foi reivindicado pela associação, e não de iniciativa do Estado, tendo o "apoio" do SENAC, tem uma clara intenção de formar os indivíduos aptos para o mercado de trabalho: ali temos costureiras,

secretárias, cozinheiras, etc. Não se tem ali, a qualificação profissional somada à consciência política, a relação entre o saber e o poder, do ponto de vista da organização.

Para o poder público, a atitude destas associações, vem muito a calhar, pois enquanto se ocupam de seus problemas imediatos e na satisfação destes, os moradores que são geralmente, e no Conjunto Santa Luzia o são com certeza, trabalhadores assalariados, não ameaçam na maior parte das vezes, a estrutura do sistema capitalista. Ao se inserirem numa visão paternalista por parte da Prefeitura, acabam por não se situarem enquanto sujeitos políticos, e não se vêem inseridos numa prática cotidiana de dominação. Os seus fins de semana são para o jogo de futebol nas quadras poliesportivas, para o culto na Igreja Adventista... obras reivindicadas, mas que também são responsáveis pelo controle do cotidiano dos indivíduos - os moradores da periferia se não tivessem estes e outros tantos divertimentos, seriam levados, como bem colocou-nos o Presidente Eurípedes Batista, a ingressarem para o centro urbano da cidade, o que não lhes convém.

Também a prática no Centro de Formação Comunitário, concede um saber técnico pronto e acabado, o que vem favorecer também, que os alunos não tenham a apropriação do saber associado ao poder, sendo incapazes de vivenciarem uma relação político-ideológica.

Não negamos a possibilidade destas lutas reivindicativas levarem a um processo de conscientização e mobilização dos moradores, posto que percebemos a História dos movimentos sociais numa dinâmica, momentos em que avança, e outros em que caminha com os interesses do Estado. Temos que para tanto, perceber o cotidiano dos habitantes do conjunto populacional, que têm uma barreira para avançarem no processo: marginalizado tanto social, quanto economicamente, se organizam em movimento de bairro, que devido à sua situação econômica, tem o Estado como alvo de suas reivindicações, acabando por legitimar este.

Este movimento no Conjunto Santa Luzia, vem afirmar a hegemonia das classes dominantes, tanto nas relações de trabalho,

quanto no espaço e no tempo restantes do cotidiano das classes subalternas, cujas práticas cotidianas geralmente não se encontram no bojo da resistência, do questionamento.

A luta ideológica desencadeada pela classe dominante, leva-nos a precebermos o conteúdo do Estatuto da Associação do Conjunto Habitacional Santa Luzia, às regras do sistema jurídico, instrumento repressor no Sistema Capitalista. Ao promover o atendimento das reivindicações dos moradores, a associação acaba por condicionar estes por hábitos e visões do poder público - a dependência que se nota no discurso do movimento, dos moradores em relação à Prefeitura e seus representantes, à polícia, enfim, ao Estado.

A sua atuação perpassa um processo de legitimação do saber dominante, ao não questionar os padrões dominantes de organização, produção e conhecimento, mas agindo de acordo com os padrões burgueses, reivindicando instrumentos repressores burgueses, negando assim, até certo ponto, o saber das classes subalternas, o saber das classes excludentes, que estão "representando".

Na verdade, a própria questão da representatividade é aqui questionável. Não são os moradores que tomam a direção da associação, mas, como percebemos no Estatuto, alguns elementos que se posicionam enquanto grupo dirigente, que se põe a representar o coletivo. É claro que o movimento não representa os moradores na sua totalidade, posto que os indivíduos têm as suas especificidades e necessidades próprias, pois se encontram no bojo do sistema capitalista de produção, que exclui, impõe diferenças e privilégios.

É interessante como se dão as dimensões políticas dos movimentos populares sob o Capitalismo, com a forma pela qual sofrem mudanças no seu contexto histórico. Assim como os dirigentes do Estado deixaram de ser pessoas reais, para se tornarem organizações, os movimentos de bairros mediante uma camada dirigente da população, tornam-se também organizações. Organizações estas que legalmente, têm de ser apartidárias, e, que, no entanto tem as suas discussões políticas - aí é o momento em que vem demonstrar o seu caráter também político. Não negamos também, que ela leva os órgãos públicos a uma redefinição da política adotada, mesmo a-

gindo em prol do atendimento das necessidades básicas do conjunto.

Há momentos em que o movimento ameniza, de certa forma, a ação exploratória de determinados grupos empresariais - como anteriormente tínhamos apenas a TRANSCOL, agora também a NACIONAL EXPRESSO, em suas tentativas de aumento das tarifas dos coletivos.

Eduardo Santana, o vice-presidente da Federação de Associações de Moradores de MG, coloca que existe outros estágios do processo. A necessidade da realização do 1º Congresso para se criar um movimento maior. Explicou que nenhum serviço pode ter um bom resultado: o centro de saúde, o Hospital Municipal de Uberlândia, como reivindicam, não atenderá plenamente às necessidades das pessoas. Colocou a necessidade de haver conscientização dos moradores para o problema.

Na verdade, há também, momentos de insatisfação da população periférica, mediante aos vários posicionamentos do poder público ao se tratar de algumas reivindicações, que, de acordo com a associação de moradores, são essenciais para o conjunto em questão: como a melhoria do transporte coletivo pelo Chefe da Divisão de Trânsito, o discurso de Zaire Rezende diante das dificuldades em que se defronta - "A Prefeitura é como uma família, estende dentro do possível"; o Secretário de Serviços Urbanos - José Antônio, que pede calma da população, para a colocação de abrigos de ônibus.

A associação de moradores preocupa o poder público, pois como colocamos, ela passa por um processo de afirmação, sistema capitalista em alguns momentos, como pode vir a refletir a insatisfação das condições de vida, e gerar uma mobilização que poderá acarretar até mesmo a conscientização das pessoas, mediante a sua condição de exclusão capitalista.

Esta preocupação do poder público, reflete na fala de Virgílio Galassi, que em seu governo anterior, não havia passado por este processo de associações de bairros. Em uma entrevista cedida à associação, este defendeu a presença de vereadores nos bairros, que deverão ter um contato direto com os moradores. Explica isto pelo fato de seu compromisso do governo ser de trabalho ao lado da comunidade.

Segundo ele, "as associações de bairros terão grande responsabilidade, pois serão elas que deverão levar as reivindicações devidamente elaboradas - asfalto, conserto de ruas, água, esgoto e outro. Um homem conservador, um discurso de progresso social - "muitos pontos da cidade estão feios pela Campanha eleitoral e que a cidade merece ser limpa e bonita! Lembrado por Antônio Naves sobre a existência de favelas nas proximidades do Santa Luzia, Virgílio disse que conversou com o Ministro Prisco Viana, sobre a necessidade da construção de 10.000 casas populares em Uberlândia, para resolver o problema de moradia. Antes de pensar no Santa Luzia, tem de pensar em outras obras importantes - estradas, pontes e outros benefícios que favorecem o crescimento da cidade.

Portanto, o movimento social em estudo, poderá tomar uma nova postura diante do poder público, que vai contra o seu discurso de construção de obras faraônicas e desnecessárias, como visa construir Virgílio Galassi. É bem verdade que, a partir daqui, o movimento poderá se direcionar a outros níveis de reivindicação, pois a associação se encontra no estágio de eleições, de uma nova diretoria, que, certamente, terá uma postura diferente da atual.

É incrível, convém notar, a falta de participação dos moradores, tendo a associação que se utilizar de algumas táticas, que "obrigam" alguns a participarem: é o caso do coordenador João Alves de Oliveira, que impõe a presença daqueles que recebem os tickets de leite, do começo ao fim das reuniões associativas, caso contrário não receberão os tickets. Um outro aspecto, é no que tange ao trabalho de "recuperação de menores e de alcoolatras anônimos". Coloca-se a presença dos viciados e dos menores "no mal caminho", essencial para que seus depoimentos sirvam de "exemplo" para os demais moradores. Ora, isto é explicado porque na periferia é que, segundo o discurso burguês elitista, estão os bandidos, os ladrões...

CONCLUSÃO

O que ficou bastante claro com este trabalho, é que a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional, surgiu do próprio poder público, devido à proposta da Democracia Participativa Zaire Rezende, e não no bojo de discussão dos moradores, noção esta que comumente se tem.

Tal fato nos conduziu a repensar a própria organização dos moradores, bem como o seu desempenho político, e as suas tentativas de articulação com outras forças sociais, que não só os moradores do bairro a que pertence.

Vimos que há momentos em que a associação transmite a própria ideologia dominante, e, em outros, luta para atender aos interesses dos moradores, o que sabemos, vai totalmente contra o Sistema Capitalista. Isto nos lembra uma observação de Pierre Clastres⁽⁵⁾ em que, este admite uma relatividade de cultura, ou seja, admite a relatividade do mal na diferença. Podemos melhorar o outro, obrigando-o a transformar-se, até tornar-se idêntico ao modelo que lhe impomos.

Dai, só conseguirmos analisar uma sociedade privada de alguma coisa - o Estado. Não conseguimos analisar uma sociedade sem o Estado, que nos parece como um destino. Por isto, temos a tendência de colocar os movimentos populares à margem da História, atabando por reafirmar a ideologia de uma classe dominante.

Enquanto historiadores, não temos a história do movimen-

⁵ Clastres, Pierre. Arqueologia da Violência. p. 60. "O Estado é por essência, o acionamento da força centrípeta, a qual tende a esmagar as forças centrífugas inversas quando as circunstâncias o exigem. Tem-se o âmagdo do Estado, a força de ação do UM, a vocação de recusa do múltiplo, o temor e o horror a diferença".

to neste sentido único, como se a classe excludente da sociedade capitalista em estudo, fosse pré-determinada a inscrever-se numa história, sem que a sua fala, a sua ação reivindicatória, fossem sentidas no contexto capitalista.

Vimos que o poder público, por suas ações e discursos, se esforçam por dirigir e controlar os moradores da periferia, a través de seus representantes em contato com a associação.

A estratégia da associação em estudo, se situa em privilegiar as carências básicas dos moradores, em melhorar o nível de vida destes - creches, escolas, lazer, alimentação.

Estando organizada com base no sistema capitalista de produção, tem como alvo o Estado, pois não têm condições de encaminhar suas lutas de reivindicações, sem terem uma estrutura econômica. Perde em alguns momentos, a sua própria identidade, pois estão sendo absorvida pela política e ideologia do Estado.

No entanto, negarmos uma luta de classes, é negar as próprias condições objetivas e subjetivas da população excludente da periferia, diante da exploração capitalista. Temos o movimento reivindicativo dos moradores enquanto a própria expressão desta luta, num determinado contexto histórico vivido. A própria atuação da associação tem momentos em que encaminha para uma ação política, em alguns momentos, ela é bem sucedida, em noutros não.

Ao se organizarem para manifestarem as suas reivindicações concretas e imediatas, estão engendrando em movimentos de resistência, de mudança de condições estabelecidas pelo Sistema Capitalista também.

Apesar de ser artificialmente criada pelo próprio poder, a associação é progressista, ou seja, tem um caráter reivindicatório, indo portanto, contra a ótica do capital. Ela corresponde à intenção de obter alguns direitos, pondo em choque os fundamentos do sistema social. Se há uma dependência, está esta em relação com o Estado, com vias econômicas. Mas, convém notar, que os diversos setores da sociedade capitalista, na era industrial, são

dependentes entre si, e as pessoas estão intimamente dependentes da estrutura geral da sociedade- econômica, social, política, cultural, etc.

Nota-se no desenvolver deste trabalho, a preocupação do poder público em substituir a luta de classes pela colaboração e harmonia entre as classes. Aí não se percebe uma postura crítica dos moradores diante da ordem econômica industrial capitalista, que reivindicam melhores condições de vida por um lado, mas que, por outro, não são estimulados a criticar a própria concentração do capital e desenvolver os seus interesses de classe: neste momento, o poder público impõe a ideologia pelo interesse ao trabalho, à formação profissional, ao bem comum, dificultando assim, a formação de uma consciência de classe. O poder público age ao nível das relações de classe, numa tentativa de preservar a ordem estabelecida pela vigência do Capitalismo. É por isto que a associação nos parece limitada às perspectivas do sistema: posto que o poder público é quem parece decidir sempre...

Percebemos perfeitamente, que o Estado procura amenizar o próprio conflito capital X trabalho, o que vem permitir o próprio desenvolvimento do sistema como um todo. Isto fica claro no Estatuto do movimento, em que não é permitido no interior da associação, propagandas de ideologias que se apresentem como contrárias à ela, tais como- sindicatos, partidos políticos.

Neste sentido, a interferência do Estado se dá também no setor econômico da associação- a sua situação financeira é controlada, uma vez em que não é uma organização com fins lucrativos, e, qualquer irregularidade ou infração, poderá ter interferência do poder público. Não existe a autonomia, pois o Estado mantém um controle repressor a nível ideológico, econômico e social, sobre a associação, impossibilitando que se desenvolva ali, uma ação mais coerente com os interesses dos moradores enquanto classe.

A preocupação do Estado em relação à existência de sindicatos ou partidos políticos no movimento social de bairro, é explicável: a via educação política dos moradores das periferias, seria crucial para que estes se vissem enquanto sujeitos sociais histó-

ricos, que sentissem a necessidade de uma transformação desta sociedade capitalista que os exclui e marginaliza.

Ora, é muito melhor que assimilem o discurso burguês no seu cotidiano, do que passarem a criticar a estrutura global da sociedade em que vivem. Reivindicar melhorias no transporte, iluminação, água, lazer, cursos profissionalizantes, etc, é melhor do que passarem a perceber a sua condição econômica, política, social e cultural. Se o poder público é capaz de "doar" melhorias para o bairro periférico, por que não retira esta população da periferia e os aproxima dos centros urbanos? Por que não lhe "doa" estas benfeitorias na cidade, que aglomera todos os recursos básicos à sobrevivência dos indivíduos?

Recuperar o discurso burguês, significa recuperar as suas táticas de ação, tendo-se o Estado como alvo das reivindicações pelas classes excludentes. Ao se situar nesta posição de "benfeitor", este mesmo Estado acaba se legitimando, e ganhando forças para que os seus fundamentos conquistem até mesmo o interior dos movimentos populares.

Enfim, quando se tem um lugar onde se reúnem os moradores da periferia, que no caso é a associação, e esta é vigiada pelo "olho do poder", tem-se que criar mecanismos para que haja manifestação dos moradores e organização em outro local.

Por outro lado, se a luta de classes é expressão das condições objetivas e subjetivas em que se dá a exploração capitalista, a associação de moradores é expressão desta luta, portanto, sua atuação prática deverá se encaminhar no sentido de uma ação política. Para isto, deverá haver um trabalho de educação e resistência, ou seja, tentativas para que o movimento avance pela conscientização de classe, quer via educação, quer via organização. Assim, os moradores das periferias se veriam enquanto sujeitos sociais, ser histórico, e não simplesmente enquanto objeto na história. Basta a ação do poder público, do Estado, em amenizar o conflito de classes que é tão presente em seus cotidianos! Que haja uma história em que os excluídos da sociedade capitalista tenham a sua fala própria, e não simplesmente a intermediação de organizações!

Notas:

- 1 - Maria Clara Tomaz Machado. A pobreza urbana na ótica do capital. Análise do discurso - 1900 -1960. In Anais de V Encontro de História de Uberlândia.
- 2 - Idem, p.114
- 3 - Jornal Santa Luzia. "O Santa Luzia pergunta e Virgílio Galassi responde. Ano I, nº 3, AG/SET/88"
- 4 - Registro dos Estatutos da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia, nº 1881, 12/12/83. Cartório de Reg. de Tit.e Doc. Livro A-4, FLS.80.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. In: Revista brasileira de ciências sociais. v.1, nº3. Ed. Cortez. SP. 02.87
2. EVERS, Tilman e outros. Movimentos de bairro na esfera da reprodução na América Latina. In: Coletânea de textos de USP e UFU. p.110-164
3. HAUPT, Georges. In: Por que a história do movimento operário? p.208-231.
4. KOMARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura. In: Revista brasileira de ciências sociais. v.1, nº 3, Ed. Cortez. SP. 02.87
5. MACHADO, Maria Clara Tomaz. A pobreza urbana na ótica do capital: análise do discurso - 1900-1960. In: Anais do V Encontro de História - Uberlândia.
6. SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. SP. Nobel. 1987. p. p-5-23.
7. SINGER, Paul e outro. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: São Paulo: o povo em movimento. Ed. Vozes. Petrópolis. SP. 1980. p.9-27.
8. SINGER, Paul e outro. Movimentos de bairro. In: São Paulo - o povo em movimento. Ed. Vozes. Petrópolis. SP. 1980. p.9-27.
9. Vários autores. Cidade e Estado. Políticas públicas no desenvolvimento urbano. In: o caráter da urbanização no Brasil. p.55-65

FONTES PRIMÁRIAS

1. Atas de nº 1 a 2 da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia
2. Registro dos Estatutos da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia, número 1881, 12/12/83. Cartório de Reg. de Títulos e Documentos. Livro A-4, Fls. 80.